

O Papel dos Projetos de Animação Sociocultural com Idosos Institucionalizados

Carla Delgado¹
Rosanna Barros²

Resumo

O envelhecimento da população tem acontecido exponencialmente em todo o mundo, sendo este um conceito pluridisciplinar explicado à luz de diversas perspetivas. Neste capítulo, por um lado, o envelhecimento é pensado segundo o enfoque do ciclo de vida (*life-span*), que tem procurado contribuir para a mudança da conceção negativa do idoso, um ser doente e passivo, colocando a tónica na possibilidade de desenvolvimento durante todo o curso de vida, e por outro lado, a transição para a reforma é considerada como uma das mais impactantes na (re)definição identitária dos indivíduos.

Sendo a Animação Sociocultural uma metodologia de intervenção importante, desde este prisma teórico-conceitual, para o desenvolvimento da qualidade de vida dos idosos, este capítulo desenvolve-se assente nos dados empíricos oriundos de um estudo de caso situado no Algarve, em que nos interessou indagar acerca do papel deste tipo de projetos em contexto de centro de dia, através das perceções dos próprios idosos institucionalizados.

Palavras-chave: Envelhecimento e Institucionalização; Animação Sociocultural e Qualidade de Vida; Projetos de Animação; Centros de Dia.

Abstract

Population has been ageing in an exponential way all over the world. The ageing concept is pluri-disciplinary and is analysed from different perspectives. In this chapter we adopt the life-span framework and considered the transition to pension as the most relevant in individual's lives.

As Sociocultural Animation is one important intervention methodology that contributes to improve the quality of life of elders, the chapter uses empirical data from a case study in Algarve, where the role of an animation project in a day centre is evaluated from the elders point of views.

Keywords: Ageing and Institutionalization; Sociocultural Animation and Quality of life; Animation Projects; Day Centres.

¹ Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Faro (ARPI). carladelgado_87@hotmail.com

² Universidade do Algarve. rbarros@ualg.pt

Introdução – notas sobre o processo de envelhecimento

Os seres humanos desenvolvem-se através de sucessivos e interrelacionados processos que vão provocar mudanças psicológicas, biológicas e sociais. Desde este prisma o envelhecimento é entendido como um processo, e não como um estado, que se desenvolve ao longo do ciclo de vida de cada indivíduo e que está sujeito a vários tipos de fatores que o influenciam (Fernández-Ballesteros, 2009).

Assim, é possível mapear diversos tipos de influências que condicionam o envelhecimento. Segundo Baltes, Reese e Lipsitt (1980) torna-se útil pensar em três categorias, designadamente: i) as influências relativas ao grupo etário; ii) as que estão relacionadas ao período e conjuntura histórica; iii) e as que estão ligadas à biografia e características das opções pessoais. Sendo que as duas primeiras apresentam um caráter coletivo e a terceira individual. Deste modo, as influências ligadas ao grupo etário relacionam-se com as determinantes biológicas e ambientais muito associadas à idade cronológica, possíveis de prever e comuns a todos os indivíduos, mas que se processam de modo autónomo sem capacidade de influência por parte dos indivíduos, como acontece, por exemplo, com a maturação biológica. Já as influências relacionadas com as conjunturas históricas, são usualmente designadas por ‘efeito de coorte’, e elucidam para o facto de que cada geração tem os seus marcos político-históricos, como foram, por exemplo, a primeira e segunda Guerra Mundial que marcou profundamente o curso da vida das gerações que a viveram. Por fim, as influências relativas à história pessoal, que ao contrário das categorias anteriores se encontram sob o controlo do indivíduo na medida em que são fruto das suas escolhas, dizem respeito a aspetos interpessoais, como o casamento, o divórcio, a constituição de família, a escolha da profissão, entre outros exemplos; quer a aspetos pessoais, como por exemplo, as opções que se traduzem na adoção de estilos de vida.

Portanto, é importante notar que existe, desde logo, uma acentuada variabilidade associada ao processo de envelhecimento (Sequeira, 2010, Fontaine, 2000). Ora este facto, traduziu-se em distintos modos de o perceber, sobressaindo três prismas: o prisma do envelhecimento normal, que se processa sem patologias; o patológico, que ao invés ocorre com o surgimento de múltiplas patologias, não raras vezes crónicas; e o bem-sucedido, definido através de três componentes, a baixa probabilidade de doença e de incapacidade, elevado funcionamento cognitivo e capacidade física, e ainda um comprometimento ativo com a vida (Rowe & Kahn, 1997).

Deste modo o envelhecimento se tornou um conceito pluridisciplinar (Paúl, 2005), conceptualizado à luz de diversas disciplinas e teorias associadas. Destacamos assim, como abordagens mais comuns na literatura, a biológica e genética, a psicológica e o enfoque do ciclo de vida, tecendo-se algumas considerações que nos parecem mais importantes para cada uma. Ora, se as teorias biológicas sustentam que o envelhecimento se explica a partir de dois processos que se complementam, o declínio fisiológico e o maior número de doenças. Já as teorias genéticas explicam o envelhecimento defendendo que cada espécie se aproxima de determinada idade em virtude da sua herança genética. De ambas resulta um entendimento sobre o envelhecimento que o percebe como consistindo num conjunto de processos biológicos que são geneticamente determinados, e que se desenrola de acordo com uma sequência de etapas essenciais, sendo a primeira,

o crescimento e desenvolvimento; a segunda a maturação; e a terceira a evolução e declínio. Por seu turno, as teorias psicológicas assentam no facto de que as mudanças (crescimento, estabilidade e declínio) ocorrem no funcionamento psicológico ao longo da passagem do tempo e consequentemente da idade. Considera-se que há fatores psicológicos que vão sendo adquiridos e têm influência no modo como as pessoas envelhecem, nomeadamente a autoeficácia, que consiste na crença que cada um tem na sua capacidade de ter o controlo da sua vida e a forma como os indivíduos se adaptam às transições (como por exemplo a reforma) e aos períodos de crise (como por exemplo o luto). Neste âmbito, o enfoque do ciclo de vida (*life-span*) tem vindo a representar um incontornável marco teórico nos estudos acerca do envelhecimento, sobretudo, como referem Scoralick-Lempke e Barbosa, porque vem contribuindo para "mudar a conceção de que o idoso é um ser passivo e doente, ressaltando a possibilidade de desenvolvimento durante todo o curso da vida (2012, p. 647). Este enfoque do ciclo de vida permite pensar na ideia de equilíbrio entre os ganhos e as perdas, ainda que durante a velhice predomine o declínio face ao crescimento; e na existência de faculdades psicológicas que declinam com a idade (inteligência fluída) e outras que não declinam (inteligência pragmática ou cristalizada); bem como na variação dos próprios processos de envelhecimento. É deste modo, com base nesta perspetiva de ciclo de vida, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) sustenta a importância de começar desde cedo a pensar na idade mais avançada, empreendendo-se esforços para adotar hábitos de vida saudáveis ao longo da vida, que poderão condicionar a forma como se vai envelhecer (WHO, 2002).

Face a tudo o que foi apresentado anteriormente podemos considerar que a velhice é um período que é vivido de forma diferente de indivíduo para indivíduo (Sequeira, 2010), revelando-se quer segundo dados objetivos mas, também, subjetivos, e que se relacionam com a forma como a pessoa vê e atua sobre o seu próprio envelhecimento (Firmino, Nogueira, Neves & Lagarto, 2014). Tal pode significar, em última instância, que cada um de nós tem várias idades (Paúl, 2005).

A transição para a reforma – resignificações identitárias

O desempenho da atividade laboral, bem-sucedida do ponto de vista individual e útil do ponto de vista social, traduz-se numa das principais formas de integração social bem como de preservação da saúde mental. Neste sentido para além do fator económico, existem um conjunto de outros elementos subjetivos relacionados com a atividade profissional, dos quais sobressaem: a formação de identidade pessoal e estatuto social; a aprendizagem interpares com possibilidade de expressão de capacidades individuais; e a experiência de um sentimento de realização pessoal. Fonseca (2012) vai, inclusive mais longe, afirmando que é o trabalho que atribui razão e sentido á vida.

Assim sendo, a entrada na reforma é comumente apontada como o momento em que se começa a ser idoso e ainda como o início da perda, do declínio e da deterioração. Contudo, Fernández-Ballesteros (2009) refere que de acordo com o modelo biomédico é sabido que ao longo da vida, passado o período de forte crescimento que nos

permite atingir a maturação todos os nossos sistemas biológicos começam a perder eficiência.

Ora, a transição da vida ativa para a reforma pode ser considerada uma das mais impactantes (Hendry, 2015), na medida em que tem repercussões diretas na identidade pessoal e no estatuto social; alterando as oportunidades quer de expressão de capacidades individuais quer da experiencição de um sentimento de realização pessoal. Por outras palavras, a transição para a reforma apresenta-se como uma situação extremamente delicada no que diz respeito ao bem-estar psicológico, social e material dos indivíduos. De facto, nas sociedades modernas assentes no 'contrato social' e no salário, se tivermos em conta as fortes e crescentes desigualdades sociais torna-se mais perceptível a relação, já apontada na literatura, entre reforma e problemas de nível económico, nomeadamente inerentes a pensões baixas, e entre reforma e isolamento social, solidão, abandono e marginalização (Quintana, 1993).

A mudança do papel desempenhado na sociedade que está associado ao período de reforma pode, frequentemente, resultar em significativos níveis de inatividade com riscos de desintegração (Cruz, 2003), mas pode, igualmente, resultar em aproveitamento do maior tempo livre disponível para participar ativamente nos contextos em que a vida se desenrola (Osorio, 2000). Ora, quando se dá a rutura com o trabalho e tudo o que o mesmo envolve e se entra numa outra fase, torna-se imperativo que os indivíduos estabeleçam previamente formas de adaptação a novas situações. Existem algumas características inerentes ao contexto de vida do individuo na sua fase ativa que vão influenciar essa adaptação, tais como o nível cultural, social, económico, modo e estilo de vida, situação geográfica, etc. (Fonseca, 2012).

De certo modo, podemos considerar que uma transição para a reforma bem-sucedida é aquela que se expressa em ações tendentes a contrariar a passividade, o sentimento de desvalorização e a diminuta participação em atividades socioculturais. Não obstante também acontecer que as participações na sociedade, aos mais diversos níveis, que são realizadas pelos idosos se tornarem, frequentemente, invisíveis por serem contribuições fora do mercado de trabalho (Castiello, Martín, Villarejo & Truchado, 2007). Cumulativamente verifica-se, também, a existência de diversos tipos de preconceitos que dificultam a aceitação da ideia que os idosos reformados podem continuar a ter uma participação social ativa, ainda que em diferentes moldes, como por exemplo a ideia generalizada de que a velhice é sinónimo de deterioração cognitiva. Com efeito, embora se possa dar algum declínio próprio desta fase da vida, como por exemplo se constata com a necessidade de mais tempo para concretizar novas aprendizagens ou o agravamento de problemas relacionados com a memória, estes aspetos não comprometem de forma determinante a cognição, nem o desempenho das tarefas quotidianas. E ter presente este facto poderá fazer a diferença no momento de pensar o autoconceito, a identidade e a própria qualidade de vida dos idosos (Azevedo & Teles, 2011). Trata-se de uma mudança de entendimento essencial para se poder (re)conhecer o papel social das pessoas mais velhas.

Entre o domicílio e o internamento: os centros de dia e os idosos institucionalizados

É consensual considerar que existe institucionalização do idoso, quando este está todo o dia ou parte dele entregue aos cuidados de uma instituição, que não a sua família. De acordo com Jacob (2007a), na viragem do século em Portugal a grande maioria (82%) das respostas sociais para idosos é levada a cabo pelo terceiro sector, em especial pelas Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS), associações privadas sem fins lucrativos, estando os restantes 18% divididos entre o sector público governado pelo Estado e o sector privado lucrativo. As respostas sociais institucionalizadas dirigidas aos idosos contemplam o serviço de apoio domiciliário, que passa pela alimentação, higiene, entre outros, prestados na casa do idoso por profissionais ou voluntários especializados; e a institucionalização, em que são prestados serviços de acolhimento ou tratamento especializado e podem ser de carácter permanente (lares, hospitais e residências) ou parcial (centros de dia, centros de convívio, etc.).

Ora, o sistema nacional de proteção à população idosa caracteriza-se por ser assistencialista, na medida em que este sistema de proteção é concebido para colmatar necessidades imediatas da população carenciada. Este tipo de sistema define-se fundamentalmente pela separação dos sistemas social e de saúde, pelos poucos recursos económicos, e pela cobertura insuficiente da satisfação das necessidades das pessoas em situação de dependência, e onde também a família assume um lugar de destaque na prestação de cuidados (Martin & Brandão, 2012).

Para além disto, este sistema público apresenta-se nuclearmente centralizado na intervenção da Segurança Social, onde apesar de ser determinante o papel das parcerias, é apenas esta entidade que é responsável por gerir as respostas públicas direcionadas especificamente à população idosa, tendo uma dupla função, por um lado a de supervisionar o seu funcionamento de acordo com variantes pré-estabelecidas, e por outro lado a de agir como financiadora das instituições parceiras, sobretudo IPSS, que através de acordos de cooperação apresentam respostas dirigidas às populações mais carenciadas. Um efeito desta realidade é que, pela disseminação de uma lógica centralmente concebida e emanada em normativos e regulamentos, usualmente a vida diária numa instituição do sistema nacional, especialmente de carácter permanente, torna-se padronizada, fomentando homogeneização e repetição das mesmas práticas, tarefas e atividades pré-organizadas e definidas (Faleiros & Morano, 2009).

Ora, em Portugal foi nos finais da década de 60, que a lógica da institucionalização de carácter permanente enquanto resposta preferencial para a população idosa carenciada começa a ser contrariada com base na ideia de manter as pessoas idosas no seu meio social e familiar, surgindo as primeiras valências de centro de dia, uma infraestrutura aberta, entre o domicílio e o internamento, e simultaneamente um local de tratamento e prevenção (Jacob, 2007a). Assim, os objetivos da resposta social centro de dia consistem em prestar serviços capazes de intervir de forma a retardar os efeitos mais negativos do envelhecimento, disponibilizar apoio psicológico e social, promover as relações interpessoais e intergeracionais, contribuindo para a prevenção de situações de dependência enquanto se procura promover a autonomia. Este equipamento funciona durante o dia e está aberto a quem necessite dos seus serviços, priorizando-se, porém, as

peessoas com mais de 65 anos (Instituto da Segurança Social, 2015; Direção Geral de Ação Social, 1996).

Um aspeto importante do centro de dia é este funcionar como um serviço de apoio familiar, permitindo desta forma o descanso do cuidador informal e disponibilizando aos familiares formação para os cuidados mais específicos (Paola *et al*, 2003). Não obstante a lógica da institucionalização de caráter parcial ser significativamente distinta da lógica da institucionalização de caráter permanente, o seu efeito nos idosos é sempre significativo. Com efeito, o bem-estar psicológico do idoso em centro de dia relaciona-se quer com a forma como este se sente face à sua residência, quer à forma como esta transição se operacionaliza face à família (Martins, 2008).

A animação sociocultural e o desenvolvimento da qualidade de vida dos idosos

É reconhecida na literatura a polissemia do conceito de animação sociocultural. Não obstante, algumas balizas são consensualmente reconhecidas, como o facto de se tratar de uma *praxis* que remete para uma intervenção no plano social e para a realização de projetos que decorram de diagnósticos previamente elaborados e participados. Assim sendo, e tomando no contexto nacional por exemplo a proposta da Associação Portuguesa para o desenvolvimento da Animação Sociocultural³ (APDASC), o conceito fica definido da seguinte forma,

A Animação Sociocultural é o conjunto de práticas desenvolvidas a partir do conhecimento de uma determinada realidade, que visa estimular os indivíduos, para a sua participação com vista a tornarem-se agentes do seu próprio processo de desenvolvimento e das comunidades em que se inserem. A Animação Sociocultural é um instrumento decisivo para um desenvolvimento multidisciplinar integrado dos indivíduos e dos grupos (Estatuto do Animador Sociocultural - Proposta da APDASC)

Basicamente, a Animação Sociocultural constitui uma metodologia de intervenção comunitária para levar as pessoas a autodesenvolverem-se e, conseqüentemente, reforçarem relações enquanto grupo e comunidade. Tratando-se de um campo vasto de intervenção que compreende muitos âmbitos diferentes, é uma *praxis* usada para se chegar a um fim e nunca um fim em si mesma (Lopes, 2008). Apresentando-se desta feita como uma intervenção consciente e intencional, que se centra no princípio da participação, visa a promoção humana e social ajustada a diferentes contextos, situações e grupos (Calvo, 2002), o que implica que a animação sociocultural deverá ser flexível, de forma a adaptar-se às necessidades e interesses do indivíduo e não o oposto (Cruz, 2003).

A respeito dos processos de participação que a animação sociocultural deve gerar, através das suas ações, Lara e Cubero (1993) referem que a participação só é conseguida quando as atividades a realizar são decididas e levadas a cabo em parceria com os próprios participantes. Neste sentido, a animação sociocultural enquanto metodologia de intervenção participada pode também contribuir para a resolução de um problema, detetado previamente no diagnóstico (Osorio, 2000).

³ www.apdasc.com

A animação dispõe de um leque amplo de técnicas e dispositivos de intervenção que se adequam a faixas etárias distintas, a âmbitos diversos e a objetivos específicos consonantes com os princípios gerais que a sua conceptualização propõe (Silva, Silva & Simões, 1992). É deste modo que a animação com idosos, designada por muitos autores como animação na terceira idade, se constitui num dos domínios de intervenção da animação sociocultural. Lopes, concretiza esta ideia afirmando que,

A animação sociocultural na terceira idade funda-se, portanto, nos princípios de uma gerontologia educativa, promotora de situações optimizantes e operativas, com vista a auxiliar as pessoas idosas a programar a evolução natural do seu envelhecimento, a promover-lhes novos interesses e novas atividades, que conduzam à manutenção da sua vitalidade física e mental, de perspetivar a Animação do seu tempo, que é, predominantemente, livre (2008, p. 329).

Assim, no caso particular das pessoas idosas a animação sociocultural pode inverter a ausência ou diminuição das suas várias atividades e relações sociais derivadas da condição de reforma, visando a sua integração e participação voluntárias em tarefas coletivas de natureza cultural (Osorio, 2000). De facto, são muitos os idosos que não estão preparados culturalmente para viver criativamente o tempo livre de que passam a dispor. É sabido que esta situação pode levá-los à passividade, ao desânimo e até à depressão (Sequeira, 2013). Não obstante, os projetos específicos para os idosos não poderão ser criados com o mero intuito de ocupar os tempos livres e de escapar ao sentimento de inutilidade, mas para criar espaço destinado à educação permanente nesta fase da vida, favorecendo as relações interpessoais e apostando em trabalhar a nível educativo e cultural (Osorio, 1997). Estes projetos terão igualmente de considerar a heterogeneidade dos idosos, dado que estamos perante um coletivo com diferentes particularidades que se traduzem na idade, nas diferentes situações familiares que vivem (em casal, viuvez, etc.), nas condições de saúde geral e física que serão seguramente diferenciadas, no contexto residencial diversificado de que dispõem (habitação própria, ou de familiares, em instituições específicas, etc.), na distinta escolaridade, etc. Especificidades estas, que exigem sempre uma contextualização e adaptação da animação na terceira e quarta idades às potencialidades e constrangimentos do grupo concreto em questão (Choque & Choque, 2004).

Na intervenção junto desta faixa etária torna-se imperativo ter ainda em conta as necessidades subjetivas que estes indivíduos também manifestam, tanto a nível individual, trabalhando positivamente, por exemplo, a repercussão que a própria imagem corporal e as alterações físicas produzem nas pessoas idosas, como a nível grupal, redescobrimo novos sentidos para viver esta fase da vida com motivação, ocupando um lugar válido e (re)conhecido na comunidade. A construção de pontes nesta direção é essencial uma vez que a sociedade tende a excluir as pessoas que não considera produtivas (García, 1997).

Ora, segundo Quintana (1993) a forma mais usual de fazer animação com idosos tem sido aquela que se realiza em contexto de instituições e associações destinadas a este público. Frequentemente, estas entidades estão apetrechadas do que é necessário para desenvolver as atividades de animação com idosos, tratando-se sobretudo de enriquecer as atividades existentes, procurando uma maior participação geral, estimulando os idosos a aderir às ações promovidas pelas associações e vice-versa. Todavia, apesar da importância atribuída às associações de idosos, como palco privilegiado para o de-

envolvimento da animação com idosos, é necessário ter presente que estas instituições comportam o risco de poder isolar os idosos relativamente ao resto da sociedade.

Assim sendo, a animação sociocultural em contexto institucional, como por exemplo nos centros de dia, ambiciona paralelamente a vitalização das próprias instituições, com a colaboração de trabalhadores e voluntários dessas estruturas que diariamente assistem os idosos. Neste âmbito, um dos objetivos será encetar uma procura colaborativa de formas para transformar a ideia disseminada de ocupar os tempos livres com mero entretenimento tornando-os, ao invés, oportunidades de desenvolvimento pessoal, coletivo e institucional. Para tal, é fundamental potenciar um ambiente favorável para as relações em grupo e para a intercomunicação, promovendo nos idosos autoestima e o sentimento de utilidade através do estímulo da participação dos idosos na sociedade, mediante, por exemplo, atividades inerentes ao voluntariado social intergeracional (Salanova, 2002).

Posto isto, de um modo geral, pode ser entendido que a intervenção sociocultural potenciada pela animação em contexto institucional com idosos visa aumentar em simultâneo a qualidade de vida dos mesmos e dos trabalhadores. Nesta matéria, Jacob (2007a) defende que o caminho para aumentar a qualidade de vida dos idosos institucionalizados passa por preservar os seus direitos, tais como, o direito à privacidade e intimidade, o direito à escolha do seu futuro, o direito à satisfação das suas necessidades básicas, o direito à individualidade e confidencialidade, o direito a entrar ou sair de uma instituição. Ou seja, trata-se de observar ao longo da vida os direitos fundamentais dos indivíduos, continuando a considerar os idosos como cidadãos de pleno direito.

O papel dos projetos de animação sociocultural – interpelações a partir de um estudo de caso no Algarve

Na construção de um projeto de animação sociocultural com idosos num contexto institucional é fundamental, antes de mais, ter uma visão holística do que se pretende. Para tal há que realizar o estudo e o diagnóstico participado do contexto, tendo presente o modelo normativo que estabelece a política cultural da instituição no âmbito da qual o projeto será desenvolvido. Desta forma, programar traduz-se em decidir previamente o que se vai fazer, definindo de modo colaborativo, para o efeito, os objetivos gerais e específicos e os meios para os atingir. Esta programação tem, desde logo, por base a informação obtida com o diagnóstico, que explica a ‘situação problema’ e tem como referência o objetivo geral que se quer alcançar. Portanto, o ponto de partida inicial são os próprios dados empíricos recolhidos no diagnóstico, que após análise e interpretação, vão representar o manancial de informações-chave acerca da realidade em que se pretende intervir (Ander-Egg, 1992).

A partir daqui são os objetivos e metas que comandam a intervenção, na medida em que, sem que os objetivos estejam claramente definidos, e sejam realistas (viáveis, pertinentes e aceitáveis), não é possível programar um conjunto de atividades estruturadas de forma coerente entre si, enquadradas num espaço-tempo determinado para que possam ser operacionalizadas, depois de estabelecidas as prioridades, visando alcançar a ‘situação objetivo’ que o Projeto traduz. Ora, os critérios de coerência abrangem três

aspectos principais: coerência entre metas propostas e recursos disponíveis; coerência no que respeita a assegurar a força de trabalho que exige cada uma das metas propostas; e coerência financeira, que passa por prever e dispor do fluxo monetário indispensável para a execução das diferentes etapas de cada projeto ou atividade (Ander-Egg, 1992).

Simultaneamente há que atender aos distintos elementos convocados na elaboração e execução de um projeto, podendo distinguir-se, de acordo com Ander-Egg (1992), três tipos principais: elementos teórico-conceptuais; mecanismos político-administrativos; e elementos metodológicos. Os primeiros relacionam-se com as opções de caráter ideológico, político e teórico que são tomadas quando se realiza o trabalho de programação e quando se operacionalizam as distintas etapas de um projeto. Aqui o mais relevante não é se estes fatores estão ou não presentes, mas sim o nível de consciência que se tem da ideologia que se está a utilizar e do modelo político (nem sempre explícito) que se propõe na intervenção. Os mecanismos político-administrativos remetem para o domínio do conjunto de disposições legais, técnicas e administrativas, por meio dos quais se põe em marcha todo o processo. Quanto aos elementos metodológicos, trata-se do domínio técnico-científico dos dispositivos, métodos e técnicas disponíveis (Ander-Egg, 1992).

São ainda passos importantes, na função de projetar em animação, formar um grupo coeso, baseado nas decisões do grupo e não somente do animador; conhecer as estruturas que vão permitir a realização do projeto (entidades, equipamentos, pessoas) assim como estabelecer os papéis a desempenhar pelos vários atores participantes da intervenção (Quintana, 1993). A tarefa de projetar envolve ainda quer a capacidade para levar a cabo a intervenção sendo-se preciso na delimitação das várias ações, que fazem parte do conjunto da intervenção em geral; quer a capacidade de organização prevendo-se margem para imprevistos que possam ocorrer; sem excluir também a capacidade de acompanhamento e avaliação (Sempere, 1997).

Feitas estas considerações, interessou-nos refletir acerca do papel dos projetos de animação sociocultural em contexto de centro de dia, que no ordenamento jurídico português são estruturas que têm como finalidade desenvolver, junto dos mais velhos, um conjunto de atividades e de ações de cariz cultural, recreativo, social e educativo. Constatando-se que, muito embora a forma como as instituições observam a animação se tenha alterado, estas estruturas continuam a dirigir os seus recursos para a higiene, saúde e alimentação do idoso sendo a animação relegada para o último lugar das prioridades (Jacob, 2007b).

A reflexão aqui desenvolvida assenta num trabalho de projeto de animação sociocultural realizado no centro de dia de uma Associação de idosos do concelho de Faro, onde se pretendeu conhecer como é que as atividades de animação podem influenciar o envelhecimento bem-sucedido segundo os próprios idosos. Neste sentido recorreu-se a uma estratégia qualitativa para efetuar o diagnóstico social, assente na entrevista não estruturada e na observação direta. A partir das informações obtidas foi então concebido colaborativamente um plano de atividades, numa reunião na sala de convívio do centro de dia com todos os idosos que participaram do projeto, onde foram definidas as atividades que poderiam responder aos gostos, interesses e necessidades manifestadas pelos idosos.

O projeto decorreu entre abril e maio de 2016, contemplando 8 sessões, com diversas atividades, realizadas duas vezes por semana, à terça-feira e quarta-feira, com a duração de 90 minutos. O seu objetivo geral foi satisfazer no domínio da animação sociocultural as necessidades sentidas e preferências manifestadas pelos idosos segundo a perceção dos mesmos; e os objetivos específicos foram: identificar as atividades praticadas na instituição, avaliar e comparar com as necessidades sentidas e preferências manifestadas pelos idosos, e re-projetar ações de animação sociocultural em articulação com o diagnóstico.

Entre outras questões, com o diagnóstico realizado ficou patente que não havia, no contexto estudado, uma correta perceção do sentido e propósito da animação sociocultural. Por exemplo não era realizado um diagnóstico das necessidades e preferências dos idosos pela Instituição, sendo apresentadas atividades predefinidas, desenquadradas dos interesses dos idosos, inclusive não sendo dada relevância à insatisfação manifestada pelos próprios idosos com algumas das atividades elencadas no plano da instituição, uma vez que o mesmo género de atividades continuava a ser realizado. Basicamente as atividades praticadas no centro de dia estudado consistiam na ginástica adaptada, no baile semanal, em jogar às cartas, dominó e bingo, fazer alguns trabalhos manuais e ver televisão. Segundo a perceção das idosas estas atividades tornam-se aborrecidas porque são sempre as mesmas, as de trabalhos manuais foram mencionadas como desadequadas para as suas idades, muito infantis e desinteressantes, não se sentindo as idosas motivadas para as realizar.

Assim, o programa de atividades delineado no âmbito do projeto referido procurou que o tempo passado pelos idosos no centro de dia não se pautasse pela inatividade e passividade, e, ao invés, se traduzisse em momentos de aprendizagem capazes de contribuir para o bem-estar físico e psicológico dos idosos.

Para se cumprir estes objetivos o projeto foi estruturado a partir dos interesses, motivações e perspetivas dos idosos, tendo sido estrategicamente tidos em conta uma série de procedimentos na realização de cada uma das oito sessões, sendo que, por exemplo, estabeleceram-se metas e/ou objetivos exequíveis com as suas próprias capacidades e disposições do momento da sessão; e as atividades aconteciam sempre no horário estabelecido, para não alterar, de maneira abusiva, as suas rotinas. O projeto teve como finalidade transversal que os idosos se envolvessem ativamente em todo o processo de definição e dinamização das atividades para que estes se sentissem integrados nas mesmas e, com efeito, dessa forma conseguiu-se que participassem ativamente no seu desenvolvimento. Foram privilegiadas atividades que valorizavam a sua experiência, saberes e que os fizessem sentir úteis socialmente. A relação de confiança existente entre a dinamizadora das atividades e as participantes também foi essencial para o comprometimento que as mesmas mostraram com o projeto. Conhecer a personalidade de cada uma, a história de vida, os gostos e interesses, as dificuldades e competências foi primordial para que as atividades fossem ao encontro das reais necessidades e preferências dos idosos. O papel do dinamizador é, pois, muito importante porque cabe a ele criar as condições que promovam a participação ativa dos idosos. Tal envolvimento foi fundamental para o sucesso do projeto, na medida em que um programa só se torna capaz de fomentar o autodesenvolvimento dos participantes na sua relação com o outro, quando é fruto de um diagnóstico previamente elaborado e participado, e permite traba-

lhar horizontalmente com o outro, atribuindo-se voz e decisão aos envolvidos (Lara & Cubero, 1993).

Ora, o Projeto, procurou dar resposta a vários problemas detetados no diagnóstico, como, por exemplo, a falta de empatia manifestada pelas idosas nas suas relações umas com as outras. As atividades foram estruturadas para que o entrosamento entre as participantes fosse uma constante, e estas responderam da melhor forma havendo uma entreajuda na realização das atividades, palavras de incentivo e de apoio, partilhas emocionadas que vieram quebrar as barreiras existentes entre algumas participantes, que encontraram gostos comuns, defeitos comuns, passados não tão diferentes e maneiras de viver e pensar semelhantes. A animação sociocultural cumpriu, ao contribuir para a resolução deste problema, a sua função enquanto metodologia de intervenção que pode contribuir para a resolução de um problema, detetado *à priori* no diagnóstico, através da participação de todos os envolvidos, ao possibilitar através da escolha de técnicas adequadas o desenvolvimento da autoconfiança, o respeito mútuo e aceitação das diferenças (Cruz, 2003).

O projeto contou, também, com uma avaliação realizada num processo contínuo, sistemático, dinâmico e flexível de recolha participada de informação sobre a forma como se foi desenvolvendo. Assim, no final de cada sessão existiu um momento de avaliação, que consistiu no preenchimento de uma ficha de avaliação da sessão por parte de cada participante e na observação direta. No final das atividades foi realizada uma entrevista de grupo como forma de avaliação global de todo o projeto. Esta opção por uma avaliação contínua revelou-se bastante adequada, funcionando como revisora do processo, reorientando-o ou corrigindo-o se necessário. Com efeito, esta faceta da avaliação permitiu reconceptualizar a forma de levar a cabo determinadas atividades, depois de verificado que as anteriores não tinham sido bem-sucedidas em determinados aspetos. Portanto, constatamos que a avaliação em animação sociocultural apresenta características próprias, na medida em que esta é, em certa medida, uma tecnologia de planeamento ativa indispensável para projetos de intervenção participados e que se desejam ajustados a uma realidade social mutável, dinâmica e complexa (Martínez, 1997; Fernández, 1997).

Uma das conclusões claras que retiramos do conjunto das avaliações é que os programas específicos para os idosos não devem ser criados com o objetivo de ocupar o tempo livre, mas com o objectivo de criar espaço destinado à educação permanente. Com a realização deste projeto verificou-se que os idosos possuem mais competências do que eles próprios têm consciência, e do que os profissionais que trabalham com eles imaginam, e que os idosos, ao contrário do que usualmente se pensa, não estão numa fase em que só querem descansar e em que já não têm interesse por nada. Pelo contrário, mostraram neste projeto que se podem sentir motivados com novas aprendizagens, com atividades diferentes que os surpreendam. Neste âmbito, e tendo em conta que os idosos são um grupo bastante heterogéneo, aquilo que é bom e tem interesse para um, pode não suscitar qualquer interesse para outro, pelo que houve neste projeto uma grande preocupação em conciliar os gostos e interesses de todos, para que este fosse um projeto de animação sociocultural de todos e para todos. Portanto, as atividades de animação sociocultural operacionalizadas e avaliadas cumpriram o seu papel, surgiram de uma inter-

venção consciente e intencional, focaram e partiram de um grupo, basearam-se no princípio da participação e procuraram a promoção humana e social (Calvo, 2002).

Por outro lado, com base nos resultados da realização deste projeto podemos afirmar que a prática de animação sociocultural com idosos deve estar efetivamente incluída no conjunto de serviços prestados por um centro de dia, necessitando esta prática de ser pensada em pé de igualdade com outros cuidados como a alimentação, cuidados de higiene, vestuário e conforto. Percebeu-se como resultado do projeto uma mudança também na percepção dos próprios profissionais que desvalorizavam este domínio de intervenção, tendo-se dado início a um caminho que deve continuar a ser percorrido na instituição, até porque também ficou demonstrado, com este projeto, que não são necessários muitos recursos financeiros para levar a cabo um projeto de animação sociocultural.

Notas finais

Neste texto entendeu-se o envelhecimento como um processo, e não como um estado, que se desenvolve ao longo do ciclo de vida de cada indivíduo e que está sujeito a vários tipos de fatores que o influenciam. Cientes de que se trata de um conceito pluridisciplinar, conceptualizado à luz de diversas disciplinas e teorias associadas, adotamos o enfoque do ciclo de vida (*life-span*) tem vindo a representar um incontornável marco teórico nos estudos acerca do envelhecimento.

Sem esquecer que a velhice é um período que é vivido de forma diferente de indivíduo para indivíduo, tomou-se a transição da vida ativa para a reforma como uma das mais impactantes, na medida em que esta transição tem repercussões diretas na identidade pessoal e no estatuto social, podendo tanto resultar em significativos níveis de inatividade com riscos de desintegração, como em aproveitamento do maior tempo livre disponível para participar ativamente nos contextos em que a vida se desenrola. Neste quadro, advogamos a ideia que uma transição para a reforma bem-sucedida é aquela que se expressa em ações tendentes a contrariar a passividade, o sentimento de desvalorização e a diminuta participação em atividades socioculturais.

Assim, interessou-nos refletir acerca da realidade quotidiana vivida pelos idosos reformados e a viver uma condição de institucionalização. Considerando, para este efeito, que existe institucionalização do idoso, quando este está todo o dia ou parte dele entregue aos cuidados de uma instituição, que não a sua família. De entre as respostas sociais institucionalizadas dirigidas aos idosos que contemplam o serviço de apoio domiciliário, que passa pela alimentação, higiene, entre outros, prestados na casa do idoso por profissionais ou voluntários especializados; e a institucionalização, em que são prestados serviços de acolhimento ou tratamento especializado e podem ser de carácter permanente (lares, hospitais e residências) ou parcial, optámos por um contexto de institucionalização parcial em centro de dia. Este caso de resposta social pareceu-nos interessante para estudo, dado assentar na ideia de manter as pessoas idosas no seu meio social e familiar, dando apoio apenas num período do dia aos cuidadores informais, e porque daqui se poderia esperar, como hipótese, um maior grau de flexibilidade na gestão quotidiana do tempo passado na instituição, algo que representaria uma condição importan-

te para fazer animação sociocultural com idosos, independentemente da reconhecida polissemia deste conceito.

Considerou-se neste texto, basicamente, que a Animação Sociocultural constitui uma metodologia de intervenção comunitária para levar as pessoas a autodesenvolverem-se e a reforçarem relações enquanto grupo e comunidade. Assim sendo, foi desenvolvida uma reflexão sobre a animação sociocultural em contexto institucional de centro de dia, considerando que esta praxis ambiciona usualmente a vitalização das próprias instituições, com a colaboração de trabalhadores e voluntários dessas estruturas que diariamente assistem os idosos. Ou seja, considerou-se que a intervenção sociocultural potenciada pela animação em contexto institucional com idosos visa aumentar em simultâneo a qualidade de vida dos mesmos e dos trabalhadores.

Mais concretamente, neste texto interessou-nos pensar acerca do papel dos projetos de animação sociocultural em contexto de centro de dia, pelo que a reflexão aqui desenvolvida assentou num trabalho de projeto de animação sociocultural realizado no centro de dia de uma Associação de idosos do concelho de Faro, onde se pretendeu conhecer como é que as atividades de animação podem influenciar o envelhecimento bem-sucedido segundo os próprios idosos.

Entre outras questões, com o diagnóstico realizado ficou patente que não havia, no contexto estudado, uma correta perceção do sentido e propósito da animação sociocultural. Por exemplo não era realizado um diagnóstico das necessidades e preferências dos idosos pela Instituição, sendo apresentadas atividades predefinidas, desenquadradas dos interesses dos idosos

O que se observou na Associação estudada foi que mesmo existindo a preocupação em manter os idosos ocupados, não eram tidas em conta as preferências e necessidades dos idosos, não sendo realizado um diagnóstico, pelo que os idosos não tinham qualquer participação na conceção das atividades, nem na sua avaliação. Esta situação refletia-se numa fraca participação nas atividades desenvolvidas na Instituição e numa grande falta de motivação. A inexistência de um projeto de animação sociocultural no centro de dia estudado, não aconteceu, porém, pela falta de vontade da Instituição, mas por falta de profissionais com competências nessa área, fruto de falta de investimento relacionado, por um lado, com a ideia preconcebida e muito disseminada de que a animação sociocultural não é o mais essencial para o bem-estar dos idosos e, por outro lado, por não haver a consciência de que esta só pode ser realizada de forma bem-sucedida por pessoas formadas e capacitadas para tal e não por qualquer funcionário sem essas competências. Nesse sentido, os dados e conclusões do estudo foram devolvidos à Instituição, tendo sido criada uma oportunidade para refletir em conjunto acerca de formas de introduzir de modo permanente a animação sociocultural em contexto de centro de dia.

O projeto aqui analisado foi estruturado a partir dos interesses, motivações e perspetivas dos idosos e teve como finalidade transversal que os idosos se envolvessem ativamente em todo o processo de definição e dinamização das atividades para que estes se sentissem integrados nas mesmas e, com efeito, dessa forma observou-se que se conseguiu que participassem ativamente no seu desenvolvimento. Foram privilegiadas atividades que valorizavam a sua experiência, saberes. De facto, uma das conclusões claras que retiramos do estudo deste caso, e do conjunto das avaliações que nele se realiza-

ram, é que os programas específicos para os idosos não devem ser criados com o objetivo de ocupar o tempo livre mas para criar espaço destinado à educação permanente.

Referências bibliográficas

- Ander-Egg, E. (1992). *La animación y los animadores*. Madrid: Editorial CCS.
- Azevedo & Teles (2011). Revitalize a sua mente. In Ribeiro, O. & Paúl, C. (eds), *Manual de Envelhecimento Activo* (pp. 77-112). Lisboa: Lidel.
- Baltes, P. B., Reese, H. W., & Lipsitt, L. P. (1980). Life-span developmental psychology, *Annual Review of Psychology*, 31, 65-110.
- Calvo, A. (2002). *La animación sociocultural: una estrategia educativa para la participación*. Madrid: Allianza.
- Castiello, M. S.; Martín, R. D.; Villarejo, P. C. & Truchado, E. B. (2007). Las personas mayores y las situaciones de dependência. *Revista del Ministerio de Trabajo Y Asuntos Sociales*, 70, 13-43.
- Choque, S. & Choque, J. (2004). *Actividades de animación para la tercera idade* [trad. Tsedsi]. Ediciones Lamarre-Groupe Liaisons.
- Cruz, M. T. (2003). *La Orientación y la Animación com Personas Mayores*. Huelva: Universidad de Huelva.
- Direcção-Geral da Acção Social (1996). *Centro de Dia (condições de localização, instalação e funcionamento)*.
- Faleiros, V. & Morano T. (2009). Cotidiano e relações de poder numa instituição de longa permanência para pessoas idosas. *Revista Textos & Contextos*, 2 (8), 319-338.
- Fernández, J. V. (1997). *Programas de animación sociocultural. Tres instrumentos para su diseño y evaluación*. Madrid: Narcea, S. A. De Ediciones.
- Fernandez-Ballesteros, R. (2009). *Envejecimiento Activo: Contribuciones de la Psicología*. España: Editorial: Piramide.
- Firmino, H., Nogueira, V., Neves, S. & Lagarto, L. (2014). Psicopatologia das pessoas mais velhas. In Veríssimo, M. T (ed.), *Geriatrics Fundamental* (pp. 143-157). Lisboa: Lidel.
- Fonseca, A. M. (2012). Do trabalho à reforma: quando os dias parecem mais longos. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático: Envelhecimento demográfico, 75-95.
- Fontaine, R. (2000). *Psicologia do Envelhecimento* [Trad. José, N. de Almeida]. Lisboa: Climepsi Editores.
- García, M. J. M. (1997). Animação sociocultural na terceira idade. In TRILLA, Jaume (ed.), *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos* [trad. A. Rabaça]. Lisboa: Horizontes Pedagógicos - Instituto Piaget.
- Hendry, L. (2015). *Developmental transitions across the lifespan: selected works of Leo B. Hendry*. New York: Psychology Press.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2015). Guia Prático – Apoios Sociais – Pessoas Idosas
- Jacob, L. (2007a). *Animação de Idosos*. Cadernos Socialgest N°4

- Jacob, L. (2007b). *Animação de Idosos*. Porto: Edições Âmbar.
- Lara, T. & Cubero, M. V., (1993). *Las personas mayores – perspectivas desde la animación*. Madrid: C.C.S.
- Lopes, M. de S. (2008). *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Martin, I. & Brandão, D. (2012). Políticas para a Terceira Idade. In Paúl C. & Ribeiro, O. (eds), *Manual de Gerontologia* (pp. 273-288). Lisboa: Lidel.
- Martinez, X. U. (1997). A avaliação da animação sociocultural. In TRILLA, Jaume (ed.), *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos* (pp. 189-206) [trad. A. Rabaça]. Lisboa: Horizontes Pedagógicos - Instituto Piaget.
- Martins, R. (2008). A Depressão no Idoso. *Revista Millenium*, 34, 119-123.
- Osorio, A. R. (1997). Animação sociocultural na terceira idade. In TRILLA, Jaume (ed.). *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos* [trad. A. Rabaça]. Lisboa: Horizontes Pedagógicos - Instituto Piaget.
- Osorio, A. R. (2000). Planes Gerontológicos y Proyectos de Animación Sociocultural para las Personas Mayores. *Ediciones Universidad de Salamanca Teor. Educ.*, 12, 85-105.
- Paola, J. P. et al. (2003). *Construyendo el trabajo social com adultos mayores – realidad y análisis de los Centros de Día*. Buenos Aires: Espacio editorial.
- Paúl, C. (2005). A Construção de um Modelo de Envelhecimento Humano. In Paúl, C. & Fonseca, A.M. (eds.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 21- 39). Lisboa: Climepsi Editores.
- Quintana, J. (1993). *Los ambitos profesionales de la animación*. Madrid: Narcea.
- Rowe, J. W. & Kahn, R. L. (1997). Successful Aging. *The Gerontological society of America – The Gerontologist*, 4 (37), 433-440.
- Salanova, M. P. (2002). La participación de las personas mayores – apuntes para una agenda de intervenciones gerontológicas. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 45, 21-32.
- Scoralick-Lempke, N. & Barbosa, A. (2012). Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva Life-Span, *Estudos de Psicologia*, 29 (Supl.), 647-655.
- Sempere, A. M. (1997). Elaboración de Proyectos e Programas de Animación Sociocultural. In Trilla, J. (ed.), *Animación Sociocultural – Teorias, Programas y Âmbitos* (pp. 135 – 154) [trad. A. Rabaça]. Barcelona: Ariel.
- Sequeira, C. (2010). *Cuidar de Idosos com Dependência Física e Mental*. Lisboa: Lidel.
- Sequeira, S. (2013). *Animar para melhor envelhecer, com satisfação*. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Educação (tese de mestrado). Disponível em:
<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2065/1/TESEccapa.pdf>
- Silva, G. G., Silva, L. G. & Simões, M. E. (1992). *Apoio a Actividades Educativas e Culturais*. Lisboa: Direcção-Geral de Extensão Educativa.
- WHO (2002). *Active Ageing: A Policy Framework*. Geneva: World Health Organization.